

LITERATURA, HISTÓRIA E REVISIONISMO: OS “NOVOS BANDEIRANTES” E AS DISPUTAS POLÍTICAS NA DÉCADA DE 1930

Data de aceite: 02/06/2023

George Leonardo Seabra Coelho

É pós-doutor em História pela UNIRO e UFG, Professor Curso de História da UFT-Porto Nacional e pós-doutorando PPGE-UFT. Link currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8547171534862098>

Introdução

Ao examinar os enfrentamentos políticos de meados da década de 1930, Ângela de Castro Gomes (1980) nos ofereceu um caminho interpretativo bastante esclarecedor. A historiadora alertou para o fato de que o período que vai de 1930 a 1945 foi tratado pela historiografia como um bloco coeso. De acordo com tais interpretações, a “Revolução de 30” assinalaria o ponto de partida, rompendo definitivamente com a República Velha e inaugurando um projeto político revolucionário. O golpe de 1937 foi tomado como ponto de referência e colocado como o reinício evolucionário dos projetos da “Revolução de 1930” e,

assim, o ano de 1937 seria o coroamento dos projetos revolucionários das forças aliancistas de 1930. Ao estabelecer o Estado Novo como a conclusão lógica de 1930, os sete anos que o antecedem passaram a ser antecâmara de sua presença inevitável. Então, o ciclo só se fecharia em 1945 quando outro ponto de cisão renovadora teria início.

Gomes (1980) ressaltou a necessidade de outra interpretação histórica, quer em nível das relações entre dominantes e dominados, quer em nível das relações entre facções políticas das elites. As abordagens tradicionais, segundo a autora, ignoram as marchas e contramarchas do período que vai de 1930 a 1937 e apagaram da memória histórica a significação de fatos cruciais como, por exemplo: a Revolução Constitucionalista de 1932; a Constituinte de 1934; a Intentona Comunista de 1935; as ações políticas da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e da Ação Integralista Brasileira (AIB); e a campanha eleitoral do segundo

semestre de 1937¹.

É possível concordar com Gomes (1980) sobre a necessidade de romper com essa abordagem cronológica, uma vez que esse exercício ainda se faz necessário para historiadores no século XXI. Defendemos, assim, a necessidade de retomar os estudos sobre o período que vai de 1930 até 1945, recuperando não somente a presença das forças populares, como também, a presença dos conflitos no interior das elites (GOMES, 1980).

Com o intuito de romper com esse esquecimento, este capítulo realiza a leitura do ideário do Movimento Bandeira como um exemplo das propostas políticas que se lançaram na disputa pelo poder na segunda metade da década de 1930. Abordamos, com isso, as estratégias que subsidiaram o ideário do Movimento Bandeira, o qual se colocou como uma quarta via política nos anos que antecederam o golpe que levou a instalação do Estado Novo em 10 de novembro de 1937. Discutimos, ainda, a atuação de Cassiano Ricardo como líder dos “novos bandeirantes”² e, de que forma, esse intelectual ressignificou o “símbolo bandeirante” e os enunciados literários Modernistas da década de 1920 para suprir as necessidades do seu campo político na década de 1930. Com este exercício de revisão do período que vai de 1930 a 1937, proposto por Gomes (1980), constatamos que ao tentar dar sentido ao fato histórico das Bandeiras do século XVII e XVIII em meados da década de 1930, esse intelectual realizou algo próximo ao que autores, como Pierre Vidal-Naquet (1988), Enzo Travesso (2004), Luís Edmundo de Souza Moraes (2011), Denise Rollemberg e Janaina Martins Cordeiro (2021), chamam de “negacionismo”.

Para compreender como esse intelectual atuou nos limites do revisionismo-negacionista, dialogaremos com as contribuições de Roger Chartier (2002). As posições do historiador francês nos ajudarão a compreender as condições de produção textuais, as diferentes relações entre a obra e seu criador, entre a obra e sua época, e entre as diferentes obras da mesma época³. Neste estudo, entendemos o “consumo” cultural ou intelectual de uma obra como “outra produção”, que é um espaço aberto às literaturas múltiplas. A partir da noção de “outra produção”, Chartier (2002) constrói as bases para a noção de apropriação como compreensão dos usos e das interpretações dos textos, ou seja, o entendimento das formas como os textos foram apreendidos e manipulados.

Nessa perspectiva, a significação dos textos depende das capacidades, dos códigos e das convenções de leitura das diferentes comunidades e diferentes públicos e, também, das “variações entre a significação, a interpretação e as apropriações plurais que sempre inventam, deslocam, subvertem” (CHARTIER, 2002, p. 259). Partindo dessa premissa,

1 As interpretações tradicionais sobre os anos que vão de 1930 a 1937, segundo Gomes (1980), levaram ao esquecimento a riqueza de um momento caracterizado pelo surgimento de um leque de propostas políticas que permearam não somente o campo político, mas também o campo intelectual brasileiro.

2 O termo “novos bandeirantes” será utilizado para fazer referência aos intelectuais que pertenciam ao Movimento Bandeira. Quando o termo bandeirista aparecer nessa tese, ele tem o mesmo valor de “novos bandeirantes”, ou seja, ele fará referência às personalidades que participam do referido grupo.

3 O período tratado neste estudo iniciou-se com a arregimentação de alguns intelectuais em torno do Movimento Bandeira em 1935 até o golpe de 1937. E, para compreendermos como o ideário se estruturou a partir da apropriação do passado histórico, realizamos a leitura do ensaio *O Brasil no Original* (1937), de Cassiano Ricardo.

concordamos com Chartier (1990) ao entender que o “consumo” cultural ou intelectual é tomado como produção de representações que não são idênticas às que o produtor, o autor ou o artista investiram na obra. Partindo do olhar sobre o “consumo” cultural, a obra adquire sentido ampliado por meio das estratégias de interpretação que constroem suas significações; muitas vezes, absolutamente novas, se comparadas às expectativas do autor. E, é nesse sentido que a restrição ao trinômio autor/obra/intencionalidade perde significado, pois as “comunidades interpretativas” adquirem o “poder criativo” sobre o texto (CHARTIER, 2002, p. 52).

Com base nessas considerações de Chartier (2002), vemos como Cassiano Ricardo – ao constituir o ideário bandeirista no ensaio *O Brasil no original* (1937) – realizou a apropriação da História, da literatura modernista – particularmente do seu célebre poema *Martim Cererê* (1927) – e do contexto político em que estava inserido para sustentar as bases simbólicas do Movimento Bandeira. Ao edificar as bases ideológicas desse grupo, esse intelectual propôs uma leitura revisionista-negacionista das bandeiras históricas dos séculos XVII e XVIII para atender às demandas políticas dos intelectuais reunidos entorno do Movimento Bandeira, demandas essas que tinham um objetivo bastante claro; a conquista do poder político.

Apesar de as primeiras obras revisionistas remontarem ao século XIX – particularmente em relação ao caso Alfred Dreyfus –, na segunda metade do século XX surgiram interpretações revisionistas com o intuito de relativizar os horrores do nazismo, negar a existência de câmaras de gases ou minimizar os horrores da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) (VIAL-NAQUET, 1988). Geralmente, esses estudos revisionistas são prontamente entendidos como formulações negacionistas sobre o passado (VIAL-NAQUET, 1988; TRAVESSO, 2004; ABAL, 2019; ROLLEMBERG & CORDEIRO, 2021). O “negacionismo”, de acordo com Rollemberg e Cordeiro (2001), pode ser compreendido como uma forma de “retomar o passado visando, exclusivamente, às batalhas políticas e ideológicas do presente, por vezes, negando crimes ou determinados eventos históricos; por vezes, minimizando ou relativizando sua importância ou as responsabilidades do Estado e da sociedade” (p. 60).

Entendemos que o “negacionismo” refletiu um campo prático-político-intelectual internacionalmente articulado com movimentos de extrema-direita europeia no pós-1945 (MORAES, 2011). Conscientes dessa demarcação espaço-temporal, abriremos neste capítulo a possibilidade de pensarmos o surgimento de uma interpretação próxima ao revisionismo-negacionista no Brasil da década de 1930. Veremos, então, como as interpretações elaboradas por Cassiano Ricardo negaram as violências promovidas pelas Bandeiras do Século XVII e XVIII e, ainda, a associação às correntes literárias modernistas desse fato histórico. Diante desse problema, convidamos o leitor a entender como este intelectual paulista empreendeu uma ressignificação do fato histórico para atender as demandas políticas da década de 1930.

Intelectuais, política e ressignificação do passado: apropriação do “espírito bandeirante”

Ao considerarmos que a “mentalidade intelectual” da década de 1930 foi marcada pela modernização da sociedade e a exaltação do elemento nacional, não podemos menosprezar o fato de que essas discussões refletiam as incertezas do Governo Provisório, os debates na Assembleia Constituinte, a ascensão do Integralismo, a Intentona Comunista e a promulgação da Lei de Segurança Nacional em 1935. Essa conjuntura também influenciou a elaboração de projetos relacionados à economia, à organização política e à produção cultural brasileira. Aos olhos do contexto – no qual diversos projetos nacionais se lançaram na arena política – podemos entender o Movimento Bandeira liderado por Cassiano Ricardo como mais um desses projetos⁴.

Publicado pela Editora Hélios, o ensaio *O Brasil no original* (1937), de Cassiano Ricardo, é um importante documento histórico para entender a visão de mundo dos bandeiristas. Esse ensaio foi editado pelo Departamento Cultural da Bandeira, departamento que – segundo os bandeiristas – visava estimular obras que interpretassem a “vida brasileira em sua originalidade” e defendessem “uma função social à arte e à literatura” (NOVOS..., 1937, p. 5). Outras obras seriam publicadas pelo referido departamento⁵, mas não se concretizaram, sendo publicadas, apenas, o ensaio em tela e o *Ensaio de exposição ao pensamento bandeirante* (1937), de Menotti del Picchia.

Para confirmar o peso político e o impacto que essa obra causaria entre os intelectuais brasileiros, Cassiano Ricardo fez questão de transcrever a opinião de Levi Carneiro⁶ – também encontrada no jornal *Anhanguera*⁷ – sobre o “movimento cultural e nacionalista da Bandeira”. Este importante membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) ressaltava que esse Movimento não se tratava de

um partido político, isto é, de uma empresa para a conquista do poder [...]. Possivelmente, esse movimento não teria pleno êxito sem a posse do governo. Mas nada impede que os próprios governantes sejam, em qualquer momento, os que apoderam dele e o consagrem (RICARDO, 1937, orelha do livro).

Com essas palavras, Levi Carneiro buscou dar respaldo ao projeto político dos “novos bandeirantes”, pois o referido ideário estava a “serviço da Pátria” e à disposição para que os governantes se apoderassem dele. Como visto, esse simpatizante do ideário bandeirista deixava claro que o programa dos “novos bandeirantes” estava posto como mais

4 Após a publicação dos poemas *Canções de Minha Ternura* (1930) e *Deixa Estar, Jacaré!* (1931), Cassiano Ricardo enveredou pela produção de ensaios voltados para análise social e política da sociedade brasileira, publicando novo poema somente em 1943. A trajetória desse intelectual e sua articulação no contexto político da década de 1930 tomou vulto com a publicação do ensaio *O Brasil no Original* em 1935, o qual foi reeditado em agosto de 1937.

5 As informações divulgadas pela imprensa bandeirista noticiou a publicação das seguintes obras: *O Estado brasileiro*, de Candido Motta Filho; *Capitalismo e economia nacional*, de Aben-Assar Neto; e *Filosofia da arte brasileira*, de Guilherme Figueiredo.

6 Jurista, ensaísta e membro da Academia Brasileira de Letras.

7 O órgão oficial de divulgação dos ideais do Movimento Bandeira intitulava-se *Anhanguera*, periódico que começou suas atividades em junho de 1937 e só deixou de circular com a extinção do movimento pouco antes do golpe que instaurou o Estado Novo.

um ideário no cenário político nacional, uma vez que ele poderia servir aos governantes⁸ que estivessem dispostos a colocá-lo em prática.

Após os comentários de Levi Carneiro, podemos ler o principal *slogan* do grupo: “Por um Brasil nosso e original. Por uma Democracia social nacionalista”. Esse *slogan* foi acompanhado por um trecho do manifesto⁹ bandeirista:

A Bandeira adjudica uma função social à inteligência brasileira, que deixa de ser um mundo descoordenado de solitária atividade especulativa sem eficiência, para colaborar livremente com o Estado na formação de uma consciência coletiva, rica de observação, moderna e vigilante, tão adequada à solução dos problemas brasileiros como necessária à realização do nosso papel no mundo (RICARDO, p. 1937)

Os intelectuais reunidos em torno do movimento defendiam a tese de que o Brasil tinha de encontrar o seu caminho como fizeram os bandeirantes. Segundo o manifesto, os bandeiristas reuniriam, “em cooperação harmoniosa, todas as inteligências criadoras contra todas as concepções alheias ao clima do nosso espírito e contrárias às finalidades nacionais” (BANDEIRA..., 1936, p. 1). Tal “cooperação harmoniosa”, de acordo com o manifesto, sustentaria “um movimento de legítima defesa destinado a salvaguardar a expressão original da alma brasileira e a fixar nossa unidade espiritual, sem a qual não haverá unidade política” (BANDEIRA..., 1936, p. 1). O Manifesto afirmava, ainda, que era indispensável reorganizar o “pensamento nacional” através da “tradição bandeirante” e reforçar o sentido deste pensamento, colocando-o em “função social e política” (BANDEIRA..., 1936, p. 1). Para tanto, a intelectualidade deveria se organizar “a serviço de uma grande causa que é a preservação da originalidade brasileira contra as influências estranhas que pretendam deturpá-la” (BANDEIRA..., 1936, p. 1).

Cooperação, unidade e nacionalismo comporiam – segundo os bandeiristas – a base da doutrina que organizaria a Nação brasileira contra os estrangeirismos, elementos esses que estariam presentes nas Bandeiras dos séculos XVII e XVIII. Como foco de irradiação de tal “unidade espiritual”, os “novos bandeirantes” reforçaram a predestinação de São Paulo em dar novamente a orientação dos caminhos da Nação, pois o Movimento Bandeira – assim como as Bandeiras históricas o fizeram – seria fruto da “arrancada da mentalidade paulista para a fixação e defesa das fronteiras da Pátria” (EDITORIAL, 1936, p. 1).

Voltando para a leitura do ensaio *O Brasil no Original*, a análise da capa é um outro caminho interpretativo e elucidador para compreender o processo de apropriação do passado histórico paulista. Vejamos:

8 Em primeira mão, esse ideário foi posto a serviço da campanha eleitoral de Armando de Salles Oliveira durante a frustrada campanha eleitoral no segundo semestre de 1937. No entanto, com a decretação do Estado Novo, esse ideário passou a servir a outro governante, a Getúlio Vargas e ao Estado Novo (COELHO, 2015).

9 O manifesto do Movimento Bandeira foi assinado – em 1935 – por Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia, Mario de Andrade, Alcântara Machado, Guilherme de Almeida, Paulo Setúbal, Monteiro Lobato, Almeida Prado, Fonseca Teles, Reynaldo Porchat, Guilherme de Almeida, Plínio Barreto, Rubens do Amaral, Valdomiro Silveira, Vicente Rão, Paulo Prado e Afonso Taunay. Seus nomes são prontamente postos após o comentário de Levi Carneiro na orelha do livro.



Imagem 1 – Capa da 2ª Edição *O Brasil no Original* (1937) ilustrada por Lívio Abramo

Fonte: Fundação Cultural Cassiano Ricardo

Quando comparamos essa ilustração com a capa da versão de 1928 do poema *Martim Cererê* (1928), esse processo de apropriação torna-se ainda mais visível, observemos:



Imagem 2 – Capa da 2ª Edição *Martim Cererê* (1928) ilustrada por Di Cavalcante

Fonte: Fundação Cultural Cassiano Ricardo

Em ambas as capas encontramos a figura do Bandeirante de trabuco – a representação clássica elaborada pelos paulistas nas primeiras décadas do século XX – que avançava pela floresta e pelos morros. Como é possível notar, as duas ilustrações representam o principal herói do imaginário paulista no primeiro quartel do século XX; o bandeirante. Esse personagem histórico foi ornamentado com elementos simbólicos do imaginário sobre o bandeirante: chapelão, trabuco e a serra ou a mata que deveria ser

transposta para conquistar o território.

Após a apreciação dessas imagens, constatamos que Cassiano Ricardo se colocava como herdeiro de uma determinada tradição historiográfica paulista. Essa corrente fortaleceu-se nas primeiras décadas do século XX, sendo responsável por recuperar o bandeirante como símbolo da paulistanidade. Assim, percebemos que Cassiano Ricardo apropriou-se do bandeirante como uma das personagens centrais de seus escritos, tanto no poema quanto no ensaio, e mais ainda, nomeando o movimento político liderado por ele.

No que se refere ao bandeirante, essa personagem já vinha sendo um importante tema em trabalhos historiográficos, literários e pictóricos desde as últimas décadas do século XIX. A historiografia sobre as Bandeiras pode ser dividida em dois momentos: o primeiro no século XVIII e XIX; o segundo nas três primeiras décadas do século XX. O primeiro se preocupou em transcrever as fontes. Nessa perspectiva, o que se chama bandeirante era o paulista entrando no sertão, o conquistador e descobridor das minas de ouro, o chefe das tropas, o caçador de índio, o que combatia os escravos rebelados, isto é, o tipo violento. No segundo, entre 1890 e 1930, o bandeirante foi resgatado como símbolo paulista com base em qualidades individuais de coragem e determinação. Paralelamente, foram atribuídas características nacionais, pois foram eles que realizaram a integração e a expansão do território nacional (ABUD, 1985; OLIVEIRA, 2004).

A partir destas ponderações sobre o campo intelectual em que o debate sobre o bandeirante se desenvolvia, podemos começar a desenhar como o revisionismo-negacionista de Cassiano Ricardo se estruturava.

Para esse intelectual, o símbolo paulista seria o principal exemplo histórico a ser seguido pela Nação na década de 1930, pois esse “espírito bandeirante” seria o único capaz de levar a Nação brasileira a um futuro promissor. Para construir essa figura, o líder bandeirista negou todas as formas de barbárie do personagem em sua apropriação do passado, mas antes de nos atentarmos a isso, vamos apresentar mais alguns indícios que demonstram que Cassiano Ricardo buscou redefinir o passado aos desígnios do presente.

Para fundamentar essa perspectiva histórica, isto é, como o passado deveria ser interpretado, Cassiano Ricardo apoiou-se em uma premissa de John Dewey:

O conhecimento do passado é a chave para a compreensão do presente. A história trata do passado, mas este passado é a história do presente.

O verdadeiro ponto de partida da história é sempre alguma situação atual com seus problemas. John Dewey (*Democracy and Education*) (RICARDO, 1937, p. 4).

Esse fragmento foi utilizado como epígrafe do ensaio para fundamentar a perspectiva histórica do autor, isto é, moldar o passado para atender os interesses do presente. Para que a manipulação da memória histórica fosse possível, o ensaísta dividiu seu texto da seguinte forma: uma Introdução intitulada “Advertência” e mais três capítulos intitulados “A Bandeira caminhando no espaço”, “A Bandeira caminhando no tempo” e “Na encruzilhada da hora

atual”. Com essa estrutura, Cassiano Ricardo procurou reforçar os elos entre sua obra literária, seu ensaio e as posições políticas defendidas pelos bandeiristas. Para o ensaísta, o estabelecimento desses elos seria essencial para justificar que o Brasil não precisava de inspiração estrangeira nas artes e, principalmente, na política, pois as bandeiras históricas já haviam oferecido tal exemplo.

No ensaio *O Brasil no original* (1937), Cassiano Ricardo inseriu uma seção com o título “Meus heróis” e, não por acaso, com o mesmo título de um poema que havia finalizado a primeira edição do *Martim Cererê* em 1927. No texto poético, o autor exaltou as “mil coisas bonitas”, o “país onde tudo é criança” e os “caboclos paulistas que chegaram primeiro ao Brasil brasileiro” (RICARDO, 1929, p. 5-7). Para exemplificar a continuidade entre o poema e o ensaio, Cassiano Ricardo retomou a exaltação dos heróis que “conquistaram a terra” e sua presença inalienável “até nossos dias” (RICARDO, 1937, p. 121). Para ressignificar tal formação histórica e social, o ensaísta defendeu que “todo mundo já sabe o que foram as bandeiras, o que não foi estudado [foi] a bandeira como fenômeno social e político” (RICARDO, 1937, p. 5).

O líder bandeirista postulava que esse exercício seria fundamental “para tirar do fato histórico uma conclusão que parece muito interessante em face da hora atual” (RICARDO, 1937, p. 5). Ao elencar apenas o paulista que chegou ao “Brasil brasileiro”, o autor fortaleceu o regionalismo em sua obra literária. Essa estratégia pretendeu não somente fortalecer a representação da supremacia simbólica de São Paulo frente ao restante na Nação, mas também a rever o papel histórico dos bandeirantes nos séculos XVII e XVIII.

Cientes da história particular do poema *Martim Cererê* e dos objetivos políticos do ensaio *O Brasil no Original* (1937), entendemos visivelmente as tentativas de subsidiar o ideário do Movimento Bandeira. Não é possível ignorar a tentativa de Cassiano Ricardo em reelaborar uma “interpretação social e política” do passado histórico, o que consideramos uma espécie de revisionismo-negacionista, pois todas as atrocidades cometidas durante as Bandeiras foram silenciadas ou encobertas pelo manto da missão heroica que supostamente esses sujeitos haviam realizado. Essa “interpretação social e política”, empreendida pelo ensaísta, não se referiu ao fato histórico em si, mas, a mais um artifício desenvolvido pelo autor para atualizar e ressignificar o passado histórico paulista. Por isso, consideramos que a apropriação política do passado se relacionou ao processo de reescrita do poema, na elaboração do ensaio e na defesa do ideário bandeirista, de modo que essa estratégia pretendeu elaborar outra memória histórica.

Com o intuito de associar o “mito bandeirante” – sua obra literária e ensaística –, Cassiano Ricardo justificou que o capítulo “Meus Heróis” – inserido no *O Brasil no Original* (1937) – foi escrito na época da elaboração da primeira versão do poema *Martim Cererê* em 1927. Segundo o ensaísta, sua inclusão no presente no ensaio “demonstra[ria] a persistência e a exaltada sinceridade” de seu nacionalismo (RICARDO, 1937, p. 5). Entendemos que não somente esse texto consolida o elo entre ambos textos, mas também a ilustração da

capa do *Martim Cererê* (1928) e o ensaio *O Brasil no Original* (1937).

A estratégia de “consumo” cultural da própria obra e das obras clássicas que tratavam sobre o bandeirantismo do início do século XX, também fizeram parte de um projeto de líder bandeirista de interpretar o presente – década de 1930 – pelos olhos e premissas literárias da década de 1920 e das interpretações míticas dos bandeirantes. Com as concepções verde-amarelas e do bandeirantismo, as posições políticas caras ao autoritarismo brasileiro também contribuíram com essa interpretação. Um outro componente de suma importância para compreendermos a estrutura do ensaio *O Brasil no original* (1937) eram as representações históricas típicas da paulistanidade¹⁰, as quais fundamentavam o olhar histórico do ensaísta. Com base nestas duas perspectivas (verdeamarelismo e o “mito bandeirante”), o objetivo principal do ensaio em tela foi reelaborar o passado brasileiro para satisfazer os interesses dos intelectuais reunidos no Movimento Bandeira, assim como propor uma nova organização do Estado brasileiro para combater o Comunismo, o Integralismo e a Democracia Liberal.

No que concerne a apropriação das premissas do modernismo verde-amarelo, o líder bandeirista – logo na introdução do ensaio – deixa bem transparente este vínculo ao esclarecer ao leitor que o ensaio “nada mais [era] do que a interpretação social e política do *Martim Cererê*” (RICARDO, 1937, p. 5). Cientes da história particular do poema *Martim Cererê* (1927) e da articulação do Movimento Bandeira na segunda metade da década de 1930, não é possível ignorar a tentativa de Cassiano Ricardo em realizar uma outra “interpretação social e política” do seu consagrado poema, em outras palavras, conferir um novo significado ao texto poético.

Após definir as origens históricas do Movimento Bandeira, o líder bandeirista passa a expor as origens literárias do grupo. Cassiano Ricardo não vê problemas em afirmar que o único movimento literário que possibilitou o encontro do Brasil consigo foi o Movimento Modernista¹¹ paulista. No ensaio, Cassiano Ricardo dedica uma seção inteira à avaliação da Semana de 22. O objetivo foi demonstrar o fermento político que havia por trás do movimento literário. O líder dos “novos bandeirantes” considerou que o movimento literário de São Paulo foi contra todos os “ismos” e, por isso “proclamará a nossa independência de espírito e de sentimento”, isto é, uma “verdadeira revolução do pensamento brasileiro” (RICARDO, 1937, p. 152). Cassiano Ricardo afirmou que aquela

ofensiva de inteligências, urgente e imprescindível, part[iu] de S. Paulo como

10 Segundo Jessica Mautinho (1991), a paulistanidade é uma ideologia afirmadora da superioridade étnica, econômica e política dos naturais do estado de São Paulo em relação ao restante dos brasileiros. Essa afirmação, de acordo com a autora, surgiu em todas as épocas de crise e reformulação entre as relações do poder local e do Poder Central como, por exemplo, a reação do Partido Republicano Paulista contra a Revolução de 30, na Revolução Constitucionalista em 1932 e na campanha Presidencial de 1937.

11 Segundo Afrânio Coutinho (1970), o Modernismo foi o termo que se fixou na historiografia literária para designar o período artístico inaugurado com a Semana de Arte Moderna. No entender desse autor, a Semana foi mais do que um ponto de partida, foi a convergência e aglutinação de forças que se vinham constituindo entre escritores paulistas desde a segunda metade da década de 1910. Devemos ter ciência de que também é errônea a ideia de que o Modernismo foi um movimento exclusivamente paulista e que os escritores de outras regiões apenas copiaram. Segundo Mônica P. Velloso (2010), essa narrativa hegemônica foi empreendida pelas vanguardas paulistas nas décadas seguintes.

consequência de seu espírito perpetuamente renovador e como corolário da revolução intelectual que desencadeou em 1922, provocando então, uma violenta revisão de todos os processos de arte e estendendo o seu inquérito aos conceitos e preconceitos dominantes [...] O abalo fecundo, provocado por essa revolucionária investida intelectual que se processou, depois, em todos os centros da atividade brasileira, destruiu a velha mentalidade literária e criou a possibilidade de se erguer [...] a estrutura vitoriosa e forte de um Brasil novo (RICARDO, 1937, p. 391).

Ao demarcar as origens literárias do ensaio, para não dizer do próprio Movimento Bandeira, o líder bandeirista salientou três elementos fundantes do grupo, os quais seriam inspirados na Semana de Arte de 1922: a crítica ao estrangeirismo, ao academicismo literário e a busca pela originalidade brasileira. Essas três premissas que, aliás, seriam herdadas das Bandeiras históricas, foram rearranjadas na década de 1930 para defender um projeto político oposto ao Comunismo, o Integralismo e a Democracia Liberal, uma vez que todos esses projetos políticos eram reflexos do estrangeirismo. Para o líder do Movimento Bandeira, qualquer “ideologia forasteira pode virar numa infecção social. Uma infecção social maligna pode acarretar a destruição de tudo” (RICARDO, 1937, p. 201). Nas deformações que alguns pretendiam disseminar no Brasil, Cassiano Ricardo defendia que os “ismos” literários viram “ismos” políticos com imensa facilidade, ou seja, ontem “eram os ‘ismos’ literários. Hoje estão aí os ‘ismos’ políticos” (RICARDO, 1937, p. 208).

Cassiano Ricardo salientava que tais “ideologias sinistras formam a ronda silenciosa e terrível que invad[iu] por mil formas e através de mil feições, o nosso tesouro de originalidade e de vida” (RICARDO, 1937, p. 206). No intuito de reforçar a crítica aos estrangeirismos, Cassiano Ricardo considerava que entre os poetas que combateram os “ismos” europeus na década de 1920, pode-se encontrar: Menotti del Picchia, Mario de Andrade, Oswald de Andrade, Guilherme de Almeida, Paulo Prado, Candido Mota Filho, Rodrigues de Abreu, René Thiollier e Afonso Schimidt. Apesar de todos os exemplos, o ensaísta evidencia que os poetas tipicamente brasileiros seriam Mário de Andrade, Menotti del Picchia e Guilherme de Almeida¹². Para o ensaísta, apenas esses escritores refletiram “mais nitidamente o sentido da Bandeira” e o “imperativo histórico e racial do planalto. Só esses três contribuíram com qualquer coisa de original para a poesia” (RICARDO, 1937, p. 203). Esses poetas – continua Cassiano Ricardo – repetiram a ação dos bandeirantes que marcaram as origens da nacionalidade e criaram “a poesia da ação” no “lugar da poesia de contemplação” (RICARDO, 1937, p. 174).

Ao compor uma interpretação dos “combates literários” dos anos vinte, Cassiano Ricardo (1937) – em meados da década de 1930 – reconstrói a memória histórica sobre o modernismo paulista. Para o ensaísta, após a Semana de 22 “os modernistas passaram

12 O interessante é que o ensaísta não cita Plínio Salgado. É importante lembrar que nos anos vinte, Cassiano Ricardo e Plínio Salgado eram parceiros de caneta, mas na década de trinta ocorre a cisão política entre os escritores. Sobre o rompimento entre os dois intelectuais, ver: COELHO, George Leonardo Coelho. *Cassiano Ricardo e Martim Cererê: um poema em transformação (1927-1936)*. Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol. 30, no 62, p. 623-642, setembro-dezembro, 2017.

a discutir uns com os outros”, com isso, os de São Paulo se “dividiram em vários grupos” que se lançaram na procura da “originalidade brasileira” (RICARDO, 1937, p. 159). Na tentativa de explicar as correntes literárias de vinte, o autor destacou as duas alas em que se “bipartiu a vanguarda revolucionária”: a influência de Raul Bopp, com seu indianismo, determinou a formação do grupo “antropofágico”, com Oswald de Andrade, Raul Bopp, Oswald Costa e Tarsila do Amaral; a outra foi composta por Plínio Salgado, Menotti del Picchia, Cândido Motta Filho, Alfredo Elis e Alarico Silveiro com o “brasilianíssimo” verde-amarelo. De acordo com esse ponto do ensaísta, existe uma relação direta entre literatura e política, e como meio de defender essa tese¹³, o líder bandeirista afirmou que o

movimento antropofágico, feito de um roussonianismo retorno ao primitivismo da natureza, ou comunismo de tribo, devia-se fatalmente colorir-se de esquerdismo bolchevista. O movimento “verde-amarelo”, vivamente nacionalista, disciplinador, era uma firme e ousada marcha para a direita e, com Plínio, devia integrar-se numa forma fascista e, com Menotti e Candido Motta Filho no original nacionalismo da “Bandeira” (RICARDO, 1937, p. 161).

Cassiano Ricardo considerava que a Semana de Arte Moderna ressoou o “espírito bandeirante” do século XVII e XVIII para combater a “literatura de importação” (RICARDO, 1937, p. 152). Diante da proposição apresentada pelo líder bandeirista, na “hora atual” – quer dizer, na segunda metade da década de 1930 – esses pressupostos deveriam ser retomados e transformados em “uma nova consciência brasileira” contra os extremismos políticos (RICARDO, 1937, p. 152).

Ao mesmo tempo em que o ensaísta constrói a ponte entre a literatura e a política, ele estabelece uma “memória histórica” sobre a Semana de Arte Moderna como origem do ideário do Movimento Bandeira. Segundo o líder bandeirista, o Movimento Bandeira defendia a originalidade pretendida no início da década 1920 e, por isso, os “novos bandeirantes” seriam os verdadeiros herdeiros dos enunciados da Semana de Arte Moderna. Na “hora atual”, os verdadeiros inimigos destes “novos bandeirantes” seriam os deformadores políticos que buscavam por todas as formas introduzir teorias alheias às características étnicas e sociais do Brasil.

Assim como o quinto bandeirante no *Martim Cererê* reeditado em 1936, os “novos bandeirantes” se viam assombrados por dois fantasmas, um que quer levar para a direita e outro para a esquerda. Para exemplificar essa metáfora, o poema “André de Leão e o demônio de cabelo encarnado” – inserido na versão de 1934 do poema *Martim Cererê* – é uma boa amostra. Esse texto poético narra a história do “quinto bandeirante” perdido no sertão. Nessa situação, o quinto bandeirante se depara com dois “demônios” que pretendem atrapalhar o seu destino. O poeta descreve mais claramente essa contenda no

13 Para reforçar a afirmação de que toda “revolução política nasce de programas literários”, Cassiano Ricardo (1937, p. 162) utiliza como exemplo o caso italiano, pois o “fascismo, como se sabe, nada mais é do que o movimento de ideias levadas a efeito pelos escritores da modernidade italiana”, fato visto que Mussolini assinou o manifesto futurista de 1909. Assim como no exemplo italiano, a “Semana de Arte Moderna também trazia e renunciava qualquer coisa de mais sério e de mais profundo na vida mental do país” (RICARDO, 1937, p. 162).

seguinte fragmento:

assaltado por dois formidáveis mistérios:
como quem vai por um caminho
[...]
quando de sopetão se vê agarrado
por dois fantasmas de olhos amarelos,
terrivelmente iguais (rosto de um, rosto de outro)
que o querem conduzir de qualquer jeito,
cada qual para o seu lado,
um pelo braço esquerdo, outro pelo direito (RICARDO, 1936, p. 95-96).

Nesse fragmento, transparece uma representação poética dos debates políticos em que Cassiano Ricardo estava envolvido na década de 1930, visto que esses fantasmas da esquerda e da direita se referem às duas “ideologias forasteiras” – Comunismo e Integralismo – que o bandeirismo deveria combater. Ao final do ensaio *O Brasil no original*, o ensaísta transcreve esse poema a fim de reforçar que o país estava “na encruzilhada de um grande destino”, em que “dois espantalhos misteriosos [...] nos assaltam, um pela esquerda e outro pela direita” (RICARDO, 1937, p. 289). Ao transcrever um poema do *Martim Cererê* no ensaio *O Brasil no original*, Cassiano Ricardo colocava as duas produções literárias num mesmo plano, ou seja, o poema e o ensaio pretendiam reler as Bandeiras históricas dos séculos XVII e XVIII, ambas obras eram herdeiras do modernismo verde-amarelo, e mais, estariam contidos nestes dois textos os princípios que orientariam a luta contra o Comunismo e ao Integralismo.

No desenrolar dessa trama, vemos a brasilidade persuadida pelos dois fantasmas que atrapalham a busca pelo destino, assim, o “quinto bandeirante” se vê perdido, mas o curupira lhe dita o caminho: vá “por aqui, direitinho” (RICARDO, 1936, p. 98). Nessa “encruzilhada”, Cassiano Ricardo (1937) queria impedir que o Brasil fosse “para o despenhadeiro da esquerda” e que, ainda pior, fosse conduzido “pela violência” do “caminho errado da direita”, pois o “caminho é um só: para a frente!” (p. 290). Ao fazer uso da alegoria do bandeirante perdido no sertão, o poeta ressignificou a aventura narrada em seu poema para representar os dilemas políticos do momento. Nessa aventura, a solução não seria seguir o caminho da esquerda e muito menos o da direita, mas o caminho do centro, bem “direitinho”. Segundo o líder bandeirista, ir “direitinho” seria a receita para que os demônios da esquerda e da direita – que atrapalham a caminhada rumo à frente – fossem “exorcizados”.

Bandeirantes, bandeirismo e revisionismo

Em relação à mitologia do bandeirante, Ricardo Luiz de Souza (2007) ressalta que é preciso pensá-la para além dos termos da positividade conferida pelos escritos do início do século XX. O autor nos lembra que a leitura sobre os feitos dos bandeirantes também teve seus críticos, entre eles, Aires de Casal (1976), D'Alincourt (1953) e Xavier da Veiga (1998), todos escritos antes do primeiro quartel do século XIX. Seguindo esse raciocínio, Antônio C. Ferreira (2002), sublinha que os

discursos a partir dos quais foi elaborada a mitologia bandeirante não foram, portanto, apenas aqueles que a descreveram em sua positividade [...] os críticos da mitologia bandeirante partiram, aliás, de uma concepção negativa do próprio paulista, visto no Rio de Janeiro, no final do século XIX, como caboclo ou sertanejo, com os bandeirantes entrando na história do Brasil como homens rudes e violentos, sendo, inclusive, o fato de situarem-se à margem dos círculos letrados cariocas (FERREIRA, 2002, p. 34-48).

O autor frisa que foi “principalmente a partir de Capistrano de Abreu que teve início a revisão da imagem do bandeirante, bem como do papel por ele desempenhado, associado [...] à violência e à escravidão indígena” (p. 166). Podemos dizer que Cassiano Ricardo foi herdeiro da corrente literária que exaltava a positividade dos feitos dos bandeirantes, especialmente a partir dos textos de Afonso d’E. Taunay (1922), Paulo Setúbal (1928) e Alfredo Ellis Jr (1934). Sendo tributário destas interpretações e, como outros escritores paulistas, se apropriou do símbolo bandeirante como expressão da personalidade desbravadora, destemida, altiva, determinada, independente, leal e líder (COELHO, 2015). Mesma perspectiva já havia sido apontada por Lúcia Lippi Oliveira (2000), a qual declara que Cassiano Ricardo destacou o bandeirante como o responsável pelas entradas no sertão, pela expansão das fronteiras da Pátria e pela formação da personalidade paulista.

Com base nestas constatações, poderíamos pensar que Cassiano Ricardo empreendeu algum tipo de revisionismo-negacionista ao reinterpretar a figura do bandeirante para sanar as lacunas políticas da década de 1930? Entendemos que sim, pois o revisionismo-negacionista promovido por Cassiano Ricardo foi fundamental para a elaboração do “mito bandeirante” como os construtores da Nação. Este procedimento foi, sobretudo, responsável pela cristalização das concepções de que o modernismo da década de 1920 foi eminentemente um movimento paulista e, como tudo no imaginário ricardiano, herdeiro do suposto “espírito bandeirante” que caminha no tempo. Para fundamentarmos um pouco mais nossa hipótese, torna-se necessário entender um pouco sobre a relação entre “revisionismo” e “negacionismo”.

Para Enzo Travesso (2004) o “revisionismo” é uma palavra que possibilita várias interpretações e “*que, en el curso del siglo XX, ha adquirido los significados más diferentes y contradictorios prestándose a usos múltiples y suscitando, a veces, malentendidos*” (p. 69). O autor, ressalta que ao se colocarem como porta-vozes de uma escola histórica

“reviscionista”, os negacionistas “*lograron contaminar el lenguaje y crear, así, una confusión considerable en torno al concepto de revisionismo*” (p. 69).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Rollemberg e Cordeiro (2001) entendem que

o

termo revisionismo adquiriu, especialmente ao longo do século XX, expressiva polissemia: ora apropriado de forma positiva, ora pejorativamente; ora servindo – de formas plurais – a acirradas disputas políticas e ideológicas, ora apropriado por querelas acadêmicas e intelectuais – estas também, de maneira alguma, estranhas às disputas políticas e ideológicas; ora se aproximando e se fundindo com a ideia de *negação* (p. 60).

Para delimitar as diferenças entre revisões historiográficas e revisionismos, Enzo Travesso (2004) chama a atenção para algumas precisões metodológicas para a definição da prática revisionista historiográfica, entre elas, os usos responsáveis das fontes históricas.

O autor aponta para o fato de que o

descubrimiento de nuevas fuentes, la exploración de archivos, el enriquecimiento de testimonios, pueden alumbrar con una luz inédita acontecimientos que se creían perfectamente conocidos [...] A veces, la introducción de un nuevo paradigma puede dar significación a fuentes antes ignoradas (TRAVESSO, 2004, p. 71).

Para Travesso (2004), a “*historia se escribe siempre en presente y el cuestionamiento que orienta nuestra exploración del pasado varía, se modifica según las épocas, las generaciones, las transformaciones de la sociedad y los recorridos de la memoria colectiva*” (p. 72). Ao entender que as revisões da História são legítimas e, até necessárias, o autor entende que elas partem das problemáticas do presente e da utilização e interpretação de novas fontes. Ao entender desta forma, Travesso (2004) ressalta que certas revisões que se qualificam como revisionismo implicam em um recurso negativo e nefasto – também entendido por “*negacionismo*” –, as quais devem ser combatidas, uma vez que são apropriadas sem nenhuma consciência ética.

Ainda sobre essa diferenciação, Moraes (2011) lembra que as “*formas e padrões específicos do texto historiográfico são socialmente estabelecidos em uma comunidade de tipo específico*” (p. 7). Existe, segundo o autor, um

nível de elaboração abstrata que oferece fundamentos teóricos e metodológicos a procedimentos de escrita e de apresentação de resultados, a meios de obtenção de evidências, a formas de estabelecimento de relações causais entre proposições, a formas de condução de controvérsias, etc... (MORAES, 2011, p. 7).

O autor enfatiza, ainda, que os “*critérios de validade do escrito historiográfico estabelecem uma normatização para a escrita que, mesmo não escritos, compõe parte decisiva do habitus profissional dos historiadores*” (p. 7). É a partir desses elementos característicos da historiografia que Moraes (2011) pensa a caracterização do texto negacionista. Do ponto de vista de seu procedimento, o autor atenta para o fato de

que o negacionismo não se pauta pela apresentação de teses, mas pelo estabelecimento de uma proclamação [...] e pela busca dos meios para dar plausibilidade a esta proclamação a um público leitor que não tem a sua disposição instrumentos de avaliação de suas proposições (MORAES, 2011, p. 10).

Mesmo não se pautando pela apresentação de uma tese, o autor supõe que os negacionistas buscam utilizar alguns recursos semelhantes utilizados pela historiografia, mas essa construção textual semelhante aos escritos historiográficos, não pode ser considerada pertencente ao campo disciplinar da História, mas sim uma “ilusão de historiografia” (MORAES, 2011, p. 11). Sendo assim, o autor reconhece

o negacionismo como uma fraude em um duplo sentido, materializada por meio do falseamento dos critérios de legitimidade [...] Por um lado, trata-se de uma historiografia falsificada, ou seja, de um texto que falsifica de forma consciente suas referências de legitimidade, reivindicando o caráter de escrito historiográfico sem sê-lo, apresentando formas próprias ao texto historiográfico [...] Por outro, trata-se de um passado falsificado, que também de forma consciente é produzido, ancorado na recusa de todos os indícios e evidências que o contradigam, reivindicando o caráter de proposições verificáveis sem sê-lo (MORAES, 2011, p. 15).

Rolleberg e Cordeiro (2001) também diferenciam a historiografia do “negacionismo” através da contraposição dos termos “revisonismo” e “negacionismo”. Conforme os autores, apesar de serem confundidos, esses termos fazem referência a questões muito distintas, pois a “ideia de *revisonismo* refere-se a iniciativas de revisar interpretações de fatos e processos passados; *negacionismo*, por sua vez, a iniciativas de negá-los” (p. 61). Para tentar resolver a complexidade da questão, os autores entendem que um ponto “parece cristalino: o revisonismo é esclarecedor e indispensável, na produção do conhecimento histórico, enquanto o negacionismo é funesto e obscurantista, a própria negação da História” (p. 61).

Sendo o “revisonismo” algo necessário ao desenvolvimento histórico e com o cuidado de não cairmos no sentido pejorativo do termo, optamos por nos referir à interpretação de Cassiano Ricardo como sendo um revisonismo-negacionista. Entendemos que a ressignificação do passado feita pelo líder bandeirista apoiou-se em um conjunto de leituras sobre o Bandeirante, mas não buscou interpretar o fato em si através da crítica às fontes. Por sua vez, o consumo cultural das obras pertencentes à tradição pautada pela heroização dos personagens históricos teve um objetivo delimitado; ressignificar o modernismo brasileiro e o passado histórico para atender as demandas da década de 1930.

No que concerne a releitura do bandeirante proposto por Cassiano Ricardo, suas análises não passaram necessariamente por procedimentos históricos como, por exemplo, a análise das fontes históricas, mas, somente recorreu às releituras de intelectuais que consagraram a figura heroica dos bandeirantes e às posições muito pessoais. Essas estratégias encontradas no ensaio *O Brasil no original* (1937) empreenderam, segundo

nossas apreensões, a um revisionismo próximo ao “negacionismo” que pretendeu reabilitar o acontecimento histórico das Bandeiras do século XVII e XVIII.

Talvez podemos fazer uma interpretação de certa forma exagerada, mas Cassiano Ricardo pode ser considerado um exemplo do revisionismo-negacionista do Brasil. Mesmo não tendo, no período, a profissionalização propriamente dita do historiador, fato que somente se consolidaria legalmente no Brasil apenas em 2020, não podemos negar que a historiográfica brasileira tinha uma tradição que remontava à criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838. Essa corrente historiográfica foi marcada por grandes historiadores, entre ele, Francisco Adolfo de Varnhagen, Capistrano de Abreu, Manuel de Oliveira Lima e Afonso d’Escragnoille Taunay. Diante dessa tradição historiográfica brasileira da virada do século XIX para o século XX – muitas vezes postas como ensaístas –, colocamos que a geração de pensadores paulistas das três primeiras décadas do século XX, sendo Cassiano Ricardo um destes herdeiros, negaram as visões críticas sobre os bandeirantes elaboradas na primeira metade do século XIX.

Compreendemos que essas elaborações poéticas, ensaísticas e historiográficas consolidaram um revisionismo-negacionista sobre o principal legado das Bandeiras dos séculos XVII e XVIII: a destruição das culturas indígenas e escravidão dos povos autóctones. Sob essa ótica, podemos utilizar as palavras de Moraes (2011) para entender o pensamento de Cassiano Ricardo (1937). Apropriando-se das palavras do autor, o líder bandeirista foi um negacionista que ofereceu “ao público receptor um *pseudopassado*, ou seja, uma narrativa com afirmações falsas sobre um tempo passado” (p. 2). É importante ressaltarmos o peso dessas interpretações que somente na década de 1950, com Vianna Moog e seu *Pioneiros e Bandeirantes* (1954), que as visões heroicas sobre os bandeirantes começaram a ser questionadas.

Considerações finais

Na década de 30, o Governo Federal teve que mediar as pressões pela reconstitucionalização do país, a defesa dos ideais liberais, o apelo dos Integralistas e o “perigo” comunista. Nos anos entre 1935 e 1937, o Movimento Bandeira se colocou nessa arena política. Na disputa entre os vários grupos políticos, os “novos bandeirantes” se apresentaram como os únicos portadores de uma “nova mentalidade” que defenderiam a originalidade brasileira. Seus representantes pretendiam combater as ideologias desagregadoras e defender a construção de um Estado Forte como caminhos necessários para manter a unidade espiritual do país. O bandeirante ricardiano demarcou as fronteiras territoriais e espirituais da Nação contra as “ideologias forasteiras”.

Apropriando-se de recursos de escrita, Cassiano Ricardo transitou do campo literário para o campo político, assim como, entre o passado histórico e a mitificação dos “heróis” para afirmar a superioridade estritamente paulista frente ao restante do país. O

ensaísta e representante do Movimento Bandeira interligou todos esses elementos para criar a sensação da herança heroica do passado no presente paulista. Essa ressignificação realizada pelo ensaísta também serviu como autoimagem dos “novos bandeirantes” como parte de um mesmo processo histórico, literário e político. Para Cassiano Ricardo, somente uma mentalidade ancorada no “espírito bandeirante” seria capaz de garantir o “Brasil na sua originalidade”. Essa é uma das principais finalidades práticas do programa do Movimento Bandeira, isto é, recuperar as forças do passado para formar uma intelectualidade que protegesse a Nação contra influências estrangeiras na política. Essa proposta guiaria a nação no caminho de encontrar sua nacionalidade através da incorporação das “populações do interior”, na instalação de um Estado Forte e no fortalecimento da “Democracia Social Nacionalista”.

O fato de que o ideário bandeirista estaria a “serviço da Pátria” e à disposição para que os governantes se apoderassem dele pode ser uma das principais características que aproxima esse ideário às concepções revisionistas-negacionistas da história, ou seja, distorcer o passado para atender as necessidades do presente. Como visto, essa premissa foi prontamente expressada logo na epígrafe do ensaio analisado neste estudo. Outro elemento característico desse revisionismo-negacionista era a rede de autores que buscavam divulgar as mesmas interpretações. Como exemplo, podemos citar as obras que seriam lançadas pelo Departamento Cultural da Bandeira, as quais fariam parte de um conjunto de textos de caráter histórico, político e social que viriam a contribuir com esta visão revisionista-negacionista das Bandeiras históricas dos séculos XVII e XVIII.

Como visto, Cassiano Ricardo defendeu que o Modernismo paulista e o Movimento Bandeira fizeram parte de uma mesma continuidade histórica iniciada no século XVII com as bandeirantes. Essa associação foi a principal estratégia para subsidiar o papel da herança histórica das Bandeiras paulistas na sociedade brasileira na década de 1930, a qual foi marcada pela perspectiva revisionista-negacionista, pois o intelectual não tentou explicar o fato histórico em si, mas construir argumentações para justificar suas posições políticas no presente. Como foi possível perceber, apresentamos como a campanha empreendida pelos “novos bandeirantes” organizou a propaganda política baseada em afirmações falsas sobre o passado histórico brasileiro. E por essa razão que se torna necessário retornar ao estudo deste período e as disputas políticas da década de trinta, isto é, o retorno às investigações históricas da década de trinta é de suma importância para compreender como se organizou o pensamento ricardiano a serviço do Estado Novo.

BIBLIOGRAFIA

ABAL, Felipe Cittolin. Um risco para a história: normalização, revisionismo e reacionarismo. *Revista Hydra*, vol. 4, n. 7, dez., 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/hydra/article/view/9709>. Acesso em: 15 dez. 2021.

ABUD, Kátia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições (a construção de um símbolo paulista: o bandeirante)*. 1985. 342f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

“BANDEIRA” O QUE PRETENDE A NOVA ORGANIZAÇÃO DE CULTURA E NACIONALISMO. *S. Paulo*, outubro de 1936, ano 1, n. 9, p. 1.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1976.

CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia*. A História entre Certezas e Inquietudes. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. 277 p.

CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel-Bertrand, 1990. 239 p.

COELHO, George Leonardo Seabra. Cassiano Ricardo e Martim Cererê: um poema em transformação (1927-1936). *Estudos Históricos Rio de Janeiro*, vol. 30, n. 62, p. 623-642, set./dez., 2017.

COELHO, George Leonardo Seabra. *O bandeirante que caminha no tempo: apropriações do poema “Martim Cererê” e o pensamento político de Cassiano Ricardo*. 2015. 346f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

COUTINHO, Afrânio. *A Literatura Brasileira: modernismo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Sul Americana, 1970.

D'ALINCOURT, Luiz. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo: Martins, 1953.

ELLIS JR, Alfredo. *Populações Paulistas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

GOMES, Ângela Maria de Castro (coord.). *Regionalismo e centralização política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 501 p.

JORNAL ANHANGUERA. Nº 1 – São Paulo – Sábado, 26 de junho de 1937.

MAUTINHO, Jessica. *A paulistanidade revista: algumas reflexões sobre um discurso política*. Disponível em: <https://www.scielo.br/fj/ts/a/JRRwG5CpCBnRvJYcTbc87Ds/abstract/?lang=pt> Acesso em: 15 dez. 2021.

MELO, Luciana Maria de Moura. *A utopia de uma raça cósmica: o olhar de José Vasconcelos sobre a América latina*. 2010. Dissertação (História). Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. *O Negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o Passado*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312810501_ARQUIVO_ANPUH-2011-ARTIGO-Luis_Edmundo-Moraes.pdf. Acesso em: 15 dez. 2021.

NOVOS LIVROS DA “BANDEIRA”. *Jornal Anhanguera*, 28 de junho de 1937, ano 1, n. 2, p. 5.

- OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *Americanos: representações da identidade nacional do Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, 224 p.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. Brasil e Estados Unidos: fronteiras geográficas e culturais. In: SERPA, Élio Cantalício (Orgs.). *Escritas da História: intelectuais e poder*. Goiânia: Ed. UCG, 2004. p. 167-188
- RICARDO, Cassiano. *Martim Cererê*. Editora Novíssima: São Paulo, 1934.
- RICARDO, Cassiano. *O Brasil no Original*. 2ª ed. Coleção Cultural da Bandeira (Revista dos Tribunais): São Paulo, 1937.
- RICARDO, Cassiano. *Martim Cererê ou o Brasil dos meninos, dos poetas e dos heróis*. São Paulo: Editora Hélios, 1928.
- RICARDO, Cassiano. *Martim Cererê*. 2ª ed. São Paulo: Editora Hélios, 1929.
- RICARDO, Cassiano. *Martim Cererê*. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1936.
- RICARDO, Cassiano. *Martim Cererê*. Revista dos Tribunais: São Paulo, 1932.
- RICARDO, Cassiano. *Martim Cererê*. São Paulo: Editora Hélios, 1927.
- RICARDO, Cassiano. O Curupira e o Carão. In: PICCHIA, Menotti del.; RICARDO, Cassiano.; SALGADO, Plínio Salgado. *O Curupira e o Carão*. São Paulo: Editora Hélios, 1927.
- ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaina Martins. Revisionismo e negacionismo: controvérsias. *História, histórias*, vol. 9, n. 17, jan./jun., 2021.
- SETUBAL, Paulo. *A bandeira de Fernão Dias*: romance histórico. São Paulo: Editora Nacional, 1928.
- TRAVERSO, Enzo. Revisión y revisionismo. Pasajes: *Revista de pensamiento contemporáneo*, n. 14, 2004, p. 69-76. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8981111>. Acesso em: 15 dez. 2021.
- VEIGA, José Xavier da. *Efemérides mineiras, 1684-1897*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro, 1998.
- VELLOSO, Mônica. *História & Modernismo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os assassinos de memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo*. Campinas, SP: Papyrus, 1988.